

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 109

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE AGOSTO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Sérgio Spada; PFL: Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (35). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Irineu Colombo, Edno Guimarães, Ricardo Maia, Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Ricardo Chab, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Miltinho Pupio, Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira e Neivo Beraldin (19).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/431/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

343/2001: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 13.742. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº ATCC 292/2002, do senhor Eduardo Fernandes Paim - chefe da Casa Civil em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Eli Ghellere, que pede esclarecimentos sobre a “duplicação da BR-277, perímetro urbano de Santa Terezinha do Itaipu”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 873/2002, do senhor Ricardo Augusto Cunha Smijntink, secretário de Estado da Administração e da Previdência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre “fechamento do Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 412/2002, do senhor Deni Lineu Schwartz - secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Antonio Anibelli, que pede esclarecimentos sobre “destino da taxa de R\$0,25, por dose de vacina da febre aftosa”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 424/2002, do senhor Wilson Justus Soares - secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre “convênio firmado entre a Prefeitura de Marechal Mallet e o Estado do Paraná”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2204/2002, da senhora Alcyone Saliba - secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Programa Módulo Biblioteca”. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/430/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Assembléia o Projeto de Lei nº 426/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 17/2002, de nossa autoria, que autoriza a Comissão Executiva firmar contrato com empresas de seguro saúde, com o objetivo de prestar assistência aos servidores e

funcionários da ativa, inativos e pensionistas desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os servidores desta Casa estão completamente desamparados com plano de saúde inclusive, seus familiares estão descobertos de atendimento à saúde.

Esperamos dos senhores deputados das Comissões atendimento urgentíssimo que o assunto requer, para que o mesmo seja colocado na Ordem do Dia o mais rápido possível.

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 253/2001, de sua autoria, que visa conceder crédito presumido de ICMS nas operações internas com gado bovino e bubalino.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio de Souza Diniz, ocorrido no dia 25 de agosto de 2002, na cidade de Curitiba.

Requer ainda que do presente se dê ciência a viúva Sra. Maria de Lourdes Diniz e demais familiares, através

de correspondência a ser encaminhada a Rua Emílio de Menezes, 1163 - Casa 08 - CEP.: 85520-240 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ignez Paniche Hamzé, ocorrido no último dia 20 de agosto, nesta Capital.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao Sr. Mamede Hamzé, viúvo da extinta, à rua Coronel Batista, nº 867, CEP.: 86390-000 - Cambará-PR.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Ignez Paniche Hamzé, era casada com Mamede Hamzé, prefeito da cidade de Cambará e deixa um filho.

Vítima de problemas coronarianos, encontrava-se internada na Unidade de Terapia Intensiva da Santa Casa de Misericórdia desta Capital, já há alguns dias, onde veio a falecer, prematuramente, com apenas 64 anos de idade, deixando consternados seus familiares e amigos.

Além da esposa do prefeito municipal, a Sra. Ignez foi por duas vezes vice-prefeita de Cambará, angariando inúmeras amizades, em razão do seu espírito solidário e prestativo, sempre procurando atender os pedidos que lhe eram formulados e tratando a todos com gentileza e atenção.

Certamente a morte de dona Ignez deixa uma lacuna difícil de ser preenchida, mas, temos certeza de que ela estará sempre na lembrança dos que tiveram o privilégio de conhecê-la na saudade do povo cambaraense.

Por este requerimento, queremos manifestar à família enlutada nossas condolências e solidariedade, que acreditamos terá o apoio dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valmor Vicente Vecchi, ocorrido no dia 21 de agosto corrente.

Requer outrossim, dê-se ciência deste requerimento à família enlutada, na pessoa do Sr. Augustinho

Vecchi, irmão do extinto, à rua São Josefat, 1258, CEP.: 87300-470 - Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 16 de abril de 1943, Valmor Vicente Vecchi, faleceu em 21 de agosto de 2002, vítima de problemas coronarianos. Era casado com a Sra. Ruth Muraro Vecchi e tinha 3 filhos: Marcos, Edna e Roberto. Deixa ainda os irmãos: Augustinho, Ovídio, Nilson, José, Arlete, Salete, Terezinha e Lúcia.

Valmor Vicente Vecchi foi vereador e prefeito municipal de Araruna, nos anos de 77 a 82.

Seu prematuro falecimento deixa consternados familiares e amigos, aos quais nos associamos nessa última homenagem, contando com o apoio dos nobres parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Angela Zanetti Antoniasse, falecida aos 100 anos nesta madrugada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta madrugada em Curitiba, a Sra. Angela Zanetti Antoniasse.

Filha de André Zanetti e Santa Zanetti, a Sra. Angela estava com sérios problemas de saúde, agravados por sua avançada idade.

Sempre alegre, era resignada com sua enfermidade, sendo um verdadeiro exemplo aos que a conheceram e a cercaram nos últimos anos de sua vida.

Deixa 04 filhos: Adalir, Aderbal, Acir e Luiz (o Luizinho, ex-jogador do Água Verde)

À sua família enlutada (Rua Alberto Foloni, 1461 - Ctba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Peabiru-PR, e a Comissão Organizadora, pela organização e realização da 8ª Festa do Carneiro ao Vinho, em 18 de agosto do corrente ano, e que tem se consolidado como um dos maiores e mais bem organizado evento gastronômico do Estado do Paraná.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Peabiru, na pessoa do prefeito, Sr. José Marcos Gonçalves Lopes (Praça Eleuté-

rio Galdino de Andrade, 21 - CEP.: 87250-000 - Peabiru-PR).

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao casal Vitor Daufenbach e Maria Guizoni Daufenbach, alusivo à comemoração de seus 40 anos de casamento, que foi comemorado no dia 28 de julho de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Vitor Daufenbach e Maria Guizoni Daufenbach, a ser encaminhado em Alto Lageado - caixa postal 08, CEP.: 86.870-000, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Mônica, pela passagem, no próximo dia 10 de setembro/2002, de seus 10 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Otacílio dos Santos, prefeito municipal; ao vice-prefeito, senhor Valdemir Antonio Palmieri, assim como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cuprimentem toda a população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta significativa data da comemoração de mais um aniversário da emancipação política do município de Santa Mônica não poderíamos deixar de externar aqui o nosso sincero agradecimento a toda a população honesta e trabalhadora que continua dando sua eficiente colaboração em prol da grandeza do seu município.

No decorrer de seus dez anos de emancipação politicamente organizada, continuamos acreditando que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e sobretudo o espírito de luta e o sentimento de grandeza nos momentos de crises e tensões, colaboraram para uma administração séria e competente visando sobretudo o bem estar da população.

Parabenizamos todos os munícipes formulando votos de muita prosperidade ao jovem e próspero município de Santa Mônica.

REQUERIMENTO Nº 2095

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, pela passagem do seu 90º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor coronel comandante Ivaldo Marchesi, para que receba e transmita a todos os Soldados do Fogo do Paraná, o reconhecimento da população paranaense, através deste deputado.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para nosso espírito cívico e a nossa fé, que saudar uma instituição capaz de encarar o futuro com aquela invencível confiança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados à comunidade.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens que dão a vida à corporação puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados diante de suas responsabilidades.

Em todos esses momentos, fortaleceu-se a presença sempre positiva, marcante e amiga dos homens do fogo no cotidiano de milhões de paranaenses que conduzem a vida, riqueza, esperança e progresso por todo este nosso estado paranaense.

Num mundo que se caracteriza pelo egoísmo, em que os indivíduos só pensam em si, é preciso que miremos estes valentes soldados do fogo e aprendamos com eles a preciosa lição da coragem e desprendimento que nos deram e dão com seus atos.

A cada um desses bravos heróis, desejamos expressar nossa profunda admiração pela incomum dedicação que demonstram à vida humana, que os tornou dignos deste modesto deputado requerer para que fique registrado para posteridade nos assentamentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a passagem do 90º aniversário do Corpo de Bombeiros do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os senhores vereadores do Estado do Paraná, pelo transcurso, no próximo dia 1º de outubro, do Dia Nacional do Vereador.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os senhores vereadores do Paraná,

por intermédio dos senhores presidentes das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com imenso prazer que redijo este requerimento em homenagem ao vereador, cuja data será comemorada no próximo dia 1º de outubro.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o vereador exercita junto ao povo lhe faz um destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

O próprio vocábulo vereador já denota a relevância da atividade exercida. Vem de vereda e significa “aquele que indica o caminho”, conforme anotou em sua crônica um respeitado jornalista.

Conhecer de perto, o dia-a-dia, os hábitos, os costumes, as tradições, e, principalmente, as aspirações, de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano.

Não é sem razão que famosos escritores de vários quadrantes do mundo escrevem, com sensibilidade e sentimento, sobre suas respectivas aldeias, em particular o grande mestre da literatura brasileira, com destaque internacional, o saudoso Jorge Amado que escreveu sobre São Jorge de Ilhéus em 1944.

Não foi sem sentido que o legislador constituinte incluiu o município no desenho federativo brasileiro. A experiência demonstra que a centralização não contribui para o desenvolvimento harmonioso de nenhuma atividade.

Para tudo isto, eminentes vereadores do Estado do Paraná, é que esperamos contar com a efetividade do trabalho de base confiado às Câmaras de Vereadores. Volto a destacar que em todos os meus procedimentos como deputado estadual, estará sempre presente à participação efetiva dos municípios, com a colaboração de seus edis e a participação fiscalizadora necessária ao melhor aproveitamento dos recursos alocados.

Prossigam, pois, na rota acompanhados pelo Criador, e, estejam certos, senhores vereadores, que suas ações estarão sempre assistidas, atentamente, por este deputado e pela população do nosso Estado, que com seus representantes souberam e sabem interpretar os seus anseios de progresso, sem levar em conta o sossego e seus permanentes afazeres.

Procedem assim todos os que se apresentam a favor do voto popular, e, por certo, não andaria o povo tão descrente.

O povo sabe, todavia, julgar onde está o que o defende com sinceridade e trabalho.

Aceitem, pois, senhores vereadores, esta mensagem com gratidão deste deputado.

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Luiz dos Santos Filho e Lenir Domiciana dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal em 10 de agosto do corrente, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2102

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja endereçado voto de congratulações ao diretor proprietário da Revista Grande Noroeste, Chico Ramos, parabenizando-o pela realização do evento que premiou diversas personalidades paranaenses com a comenda "Personalidade Grande Noroeste".

A premiação ocorreu no dia 14 de agosto, no Harmonia Country Club de Paranaíba, constituindo-se em importante reunião da sociedade daquela região, além de reunir personalidades do mundo sócio-econômico e político.

O trabalho desenvolvido pela Revista Grande Noroeste, desde 1º de março de 1989, enaltece a região de Paranaíba e seu povo.

Essa homenagem prestada pela Assembléia Legislativa é singela, mas expressa o respeito ao trabalho jornalístico desenvolvido no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa, seja oficiado ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando ao mesmo que o 3º e o 5º Distritos Policiais de Londrina mantenham plantões no período noturno, atuando 24 horas.

Os referidos Distritos estão localizados em regiões populosas, estima-se em torno de duzentos mil habitantes. Os índices de violência são altos e os moradores dos Jardins União da Vitória, João Turquino, Tokio, Bandeirantes e Olímpico necessitam de melhores condições de segurança.

É evidente que os referidos distritos, ao atuarem de forma permanente, carecem de investimentos na estrutura física, equipamentos e pessoal.

Essa iniciativa, sem dúvida, garantirá maior segurança aos moradores da região, coibindo a atuação de marginais que perturbam a gente trabalhadora das referidas localidades.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná- Sanepar, no sentido de atender o pedido da senhora Marcília Santos, residente à Estrada Nova de Colombo nº 75 - Bairro Santa Cândida, que pede a implantação da rede de esgoto nos fundos de sua residência.

O esgoto corre à céu aberto, os detritos ficam depositados em frente a sua residência, o mau odor é insuportável, além do perigo de contaminação de doenças na população. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 236-1528.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o mais breve possível, o pedido do senhor Adão Pereira de Andrade, residente à Rua Alzenir Toldo, nº 422 - Jardim Palmares - Município de Colombo, que pede a implantação da rede de esgoto nos fundos de sua residência.

Existe uma valeta, onde o esgoto das residências é jogado, corre à céu aberto, causando odores insuportáveis, além do perigo de contaminação de doenças pelos animais nocivos que estão se procriando no local.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 675-6903.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, REQUEREM pedido de informações ao secretário de Comunicação Social do Estado do Paraná, ilustríssimo senhor Deonilson Roldo, informações sobre a publicidade oficial em rádio, acerca do “Sistema Serlopar - Video-loteria on line” conforme especifica:

1 - Quanto foi ou será gasto nesta campanha do Serlopar?

2 - Qual a empresa ou empresas contratadas para a produção e veiculação desta publicidade? Enviar cópia de todos os contratos.

3 - Qual a fundação administrativa (a motivação do ato administrativo) desta campanha?

4 - Que dados estatísticos levaram o Governo a desencadear esta campanha publicitária? Citar fontes e dados e enviá-los à Assembléia Legislativa.

5 - Houve licitação para a contratação desta campanha? Se sim, qual foi esta licitação? Se não, por qual motivo?

6 - Quais as rubricas do orçamento estadual estão sendo utilizadas para o empenho?

7 - Quanto já foi pago pelo Estado ou pelo Serlopar?

8 - Que tipo de relação contratual existe entre o Serlopar e os Bingos Araucária, Euro, Carlos Gomes, citados na peça publicitária em Curitiba?

9 - Esta mesma publicidade nomeia outros bingos no interior do Paraná? Quais bingos são nomeados em todo o Estado? Enviar lista.

10 - Há contratos administrativos para o sistema Serlopar Vídeo-loteria on line - funcionar dentro destes Bingos?

Se há relação contratual, de que tipo é esta relação contratual? É onerosa ou não? É onerosa a quem? Ao Bingo ou ao Estado? Quanto cabe a cada um dos contratantes?

11- Quando foi implementado este sistema Serlopar-Video-loteria on line?

12 - Quanto foi arrecadado com este sistema Serlopar-Video-loteria on line, desde sua implementação?

13 - Quanto foi destinado às obras sociais?

14 - Quais são estas obras sociais? Quais são os beneficiários? Favor enviar lista detalhada dos beneficiários, dos responsáveis e quanto foi destinado a cada um.

15 - Há documentos que comprovam esta destinação? Quais? Enviar os documentos.

16 - Em qual rubrica do orçamento estadual estão sendo alocados estes recursos?

17 - Há possibilidade da imediata suspensão desta publicidade? Se sim, por qual motivo? Se não, qual o fundamento?

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA e ÂNGELO VANHONI.

JUSTIFICATIVA:

Devido à nova e agressiva publicidade oficial no rádio em torno do “Sistema Serlopar de Video Loteria on line”, tipo de aposta “garantida”, segundo o comercial, pelo Governo do Estado do Paraná, a Serlopar vem incentivando a população apostar neste sistema onde, segundo a peça publicitária “há muito mais chance de ganhar”.

Ao final a peça publicitária ainda afirma que até 85% das apostas vão para a ação social, encerrando todo o comercial com o “apostar é legal”.

O jogo vem causando enormes problemas, à saúde mental dos paranaenses, conforme menciona o Jornal Gazeta do Povo do dia 23 de agosto de 2002, matéria em anexo - o que já se mostra como problema de saúde pública, além de dúvidas jurídica levantadas.

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUEREM pedido de informações ao secretário de Comunicação Social do Estado do Paraná, ilustríssimo senhor Deonilson Roldo, informações sobre a publicidade oficial em rádio, acerca do Sistema Serlopar - Vídeo-loteria on line”, conforme especifica:

01 - Quanto foi ou será gasto nesta campanha do Serlopar?

02 - Qual a empresa ou empresas contratadas para a produção e veiculação desta publicidade. Enviar cópia de todos os contratos.

03 - Qual a fundamentação administrativa (a motivação do ato administrativo) desta campanha?

04 - Que dados estatísticos levaram o Governo a desencadear esta campanha publicitária? Citar fontes e dados e enviá-los à Assembléia Legislativa.

05 - Houve licitação para a contratação desta campanha? Se sim, qual foi esta licitação? Se não, por qual motivo?

06 - Quais as rubricas do orçamento estadual estão sendo utilizadas para o empenho?

07 - Quanto já foi pago pelo Estado ou pelo Serlopar?

08 - Que tipo de relação contratual existe entre o Serlopar e os Bingos Araucária, Euro, Carlos Gomes, citados na peça publicitária em Curitiba?

09 - Esta mesma publicidade nomeia outros bingos no interior do Paraná? Quais bingos são nomeados em todo o Estado? Enviar lista.

10 - Há contratos administrativos para o “Sistema Serlopar Vídeo-loteria on line” - funcionar dentro destes Bingos? Se há relação contratual, de que tipo é esta relação contratual? É onerosa ou não? É onerosa a quem? Ao Bingo ou ao Estado? Quanto cabe a cada um dos contratantes?

11 - Quando foi implementado este “Sistema Serlopar - Vídeo-loteria on line?”

12 - Quanto foi arrecadado com este “Sistema Serlopar - Vídeo-loteria on line” deste sua implementação?

13 - Quanto foi destinado às obras sociais?

14 - Quais são estas obras sociais? Quais são os beneficiários? Favor enviar lista detalhada dos beneficiários, dos responsáveis e quando foi destinado a cada um.

15 - Há documentos que comprovam esta destinação? Quais? Enviar os documentos.

16 - Em qual rubrica do orçamento estadual estão sendo alocados estes recursos?

17 - Há possibilidade da imediata suspensão desta publicidade? Se sim, por qual motivo? Se não, qual o fundamento?

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES DA FONSECA, ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Devido à nova e agressiva publicidade oficial no rádio em torno do “Sistema Serlopar de Vídeo-loteria on line”, tipo de aposta “garantida”, segundo o comercial, pelo Governo do Estado do Paraná, a Serlopar vem incentivando a população apostar neste sistema onde, segundo a peça publicitária “há muito mais chances de ganhar”. Ao final a peça publicitária ainda afirma que até 85% das apostas vão para a ação social, encerrando todo o comercial com o “apostar é legal!”.

O jogo vem causando enormes problemas, à saúde mental dos paranaenses, conforme menciona o Jornal Gazeta do Povo do dia 23 de agosto de 2002, matéria em anexo - o que já se mostra como problema de saúde pública, além de dúvidas jurídicas levantadas.

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM depois de ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Sr. Luiz Carlos Sobania - secretário estadual de saúde do Estado do Paraná, informações acerca dos dados sobre os problemas causados à saúde dos paranaenses pelo jogo do azar em funcionamento no Estado do Paraná, conforme segue:

01 - A Secretaria de Saúde do Estado do Paraná possui dados sobre os problemas causados à saúde dos paranaenses pelo jogo de azar em funcionamento no Estado?

02 - Que dados são estes?

03 - Há pesquisa nesta área de saúde pública?

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES DA FONSECA E ÂNGELO VANHONI.

JUSTIFICATIVA:

Devido à nova e agressiva publicidade oficial no rádio em torno do “Sistema Serlopar Vídeo-loteria on line”, tipo de aposta “garantida” segundo o comercial, pelo Governo do Estado do Paraná, a Serlopar vem incentivando a população a apostar neste sistema onde, segundo a peça publicitária “há muito mais chances de ganhar”. Ao final a peça publicitária afirma que até 85% das apostas vão para a ação social, encerrando todo o comercial com o “apostar é legal!”.

Devido aos problemas que o jogo vem causando à saúde mental dos paranaenses - vide Gazeta do Povo, dia 23 de agosto de 2002, anexa - o que já se mostra como problema de saúde pública, além de dúvidas jurídicas levantadas, os deputados vêm requerer as informações acima relacionadas.

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembléia Legislativa, do artigo: “O Estadista Getúlio Vargas”, de autoria do Dr. Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo do dia 23 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Léo de Almeida Neves, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho - Diretor Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Requeremos a transcrição do artigo do Dr. Léo de Almeida Neves, para ficar registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o fazemos com grande satisfação, porquanto o objetivo é render mais uma vez, justa homenagem a um homem que verdadeiramente revolucionou este País.

É com saudades daquele homem público que foi o maior Estadista Brasileiro de todos os tempos, que nos propomos com o Dr. Léo de Almeida Neves a reavivar a extraordinária trajetória política deste patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais.

Vargas deu o voto secreto ao povo, libertando-o dos caciques locais.

Fez mais: convocou a Mulher Brasileira ao dar-lhe também o direito de votar e ser votada. É crescente desde então o número de representantes femininas nas Casas Legislativas e nas Prefeituras do País.

Preocupado com a sorte das classes trabalhadoras, ensinou-lhes a participação direta nos trabalhos consti-

tuíntes de 1934, através dos deputados federais e estaduais classistas.

O Governo Vargas dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este um Status. Não foi preciso que o operariado vertesse o próprio sangue em lutas de ruas, como em outros países, para obter conquista social. A Legislação Social veio pacificamente.

Determinou estabilidade no emprego; jornada de oito horas; remuneração de horas extras do trabalho noturno e do trabalho insalubre; salário mínimo; salário família; assistência médico hospitalar; lei de aposentadoria e pensões.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 581/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Esporte Clube Bacacheri, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Esporte Clube Bacacheri, localizado no Bairro Boa Vista, desta Capital, foi fundado em 1974.

Sua finalidade é a de promover atividades sociais, prática de esporte amador em geral, atividades recreativas e culturais e a prática de assistência social.

O clube mantém uma escolinha de futebol para crianças carentes de 7 a 14 anos, além de manter equipes de voleibol. Além destas, são efetuados bailes e festas, cujas rendas são revertidas para instituições de caridade como a Creche Pingo de Gente, Orfanato Ebenezer, entre outras.

A instituição também cede suas instalações para bailes da terceira idade, reuniões de associações de bairros e festas juninas beneficentes.

Como instituição sem fins lucrativos, comprovada pela documentação em anexo, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 582/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, fundada em 12 de fevereiro de 1984, nasceu com a finalidade de defender os legítimos interesses das famílias e pessoas carentes e necessitados, além das entidades e instituições assistenciais da cidade de Paranaguá.

Sendo o município de Paranaguá considerado o município mãe do nosso Estado, e tendo o maior porto transportador de grãos do sul do país, a cidade tem atraído um grande número de trabalhadores que para ali vão em busca de oportunidades, mas a difícil realidade econômica por que passa todo o país constata-se também em Paranaguá, o que faz com que seja local de grandes carências sociais.

Coma finalidade de prestar auxílio ao enorme bolsão de pobreza que se formou na periferia da cidade, a Sociedade Beneficente Caritas de Paranaguá vem trabalhando para prestar a caridade e assistência às pessoas carentes e sem condições econômicas e à comunidade em geral, além de colaborar com as demais instituições da cidade.

Como instituição sem fins lucrativos, comprovada pela documentação em anexo, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 583/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado, o Poder Executivo do Estado do Paraná a declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Jaboti, situado na Rua Felisbino Proença, s/n, município de Jaboti - PR, CNPJ 79.259.875/0001-62.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 584/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná / IAP, a doar ao Sin-

dicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins - Sindi/Seab, uma área de 9.000 m2 (nove mil metros quadrados), incidente em imóvel com área de 32.400 m2 (trinta e dois mil e quatrocentos metros quadrados), objeto da matrícula sob nº 30.859, da 1ª Circunscrição Imobiliária de São José dos Pinhais / PR, conforme mapa/croqui que integra a presente.

Art. 2º - O imóvel doado será destinado para implantação de um projeto habitacional e/ou área de lazer para os servidores públicos do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Art. 3º - O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, deverá realizar todas as providências para a consecução dos objetivos da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Os servidores públicos estaduais precisam viver com dignidade para que possam prestar bons serviços ao povo do Paraná. Habitação/moradia é condição essencial para o exercício da cidadania.

O projeto em tela visa assegurar para os servidores públicos do Sistema Estadual do Meio Ambiente a possibilidade de possuírem sua casa própria.

Para tanto, a entidade de representação dos servidores - Sindi/Seab, desde que aprovada a presente lei, poderá habilitar-se junto à Caixa Econômica Federal - CEF, através de linha de crédito para cooperativas de habitação, visando concretizar o sonho de muitos servidores, de terem "o seu cantinho para morar".

Cabe-nos esclarecer que a área a ser doada não está tendo nenhuma destinação institucional, aliás, o imóvel, objeto da presente proposta, em sua totalidade foi destinado através de comodato para a Associação dos Funcionários do IAP/Afiap, atual Associação dos Servidores do Sistema Estadual do Meio Ambiente - Assema, para implantação de área de lazer, conforme se verifica na cópia do Termo de Comodato em anexo, aliás, entidade que também participará do projeto habitacional em questão.

Assim, não há óbice nenhum quanto a utilização e destinação do imóvel pois, tanto o proprietário/IAP, como a comodataria/Afiap/Assema, estão de acordo com a implantação do projeto habitacional em tela, conforme consta da declaração em anexo.

Portanto, com a aprovação deste projeto de lei, os(as) nobres deputados(as) estarão garantindo o direito essencial de moralidade/habitação aos servidores públicos do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

É a pretensão deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 585/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei ora elaborado, com o propósito de homenagear a pessoa do senhor Manoel Palma Cano, denominando com o seu nome, a rodovia que liga os municípios de Alvorada do Sul à Bela Vista do Paraíso.

Conforme documentação curricular em anexo, foi um dos fundadores do município de Alvorada do Sul, e desde então, dedicou sua vida em prol do bem estar da comunidade, atuando em diversas áreas, inclusive na atividade política, prestando relevantes serviços à comunidade, e, por consequência, adquirindo grande prestígio e popularidade.

Neste sentido, nada mais justo e dignificante aos cidadãos alvoradenses e paranaenses, ver o seu nome perpetuado, justamente nesta estrada, pela qual exerceu grande luta, quanto à solicitação do asfaltamento, permitindo o escoamento da produção agrícola, bem como, eliminando o isolamento da região, no período das chuvas.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares, com assento nesta Casa de Leis, quanto à aprovação do referido projeto de lei ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 586/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Botiatuvinha - Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Comunidade de Botiatuvinha - Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho na promoção da assistência social e contribuído com o desenvolvimento da vida comunitária dos moradores do bairro e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 587/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Educação Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no Município e Boa Esperança-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26.08.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Boa Esperança-PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 588/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran), parcelar em até 20 (vinte) vezes, em importâncias mensais iguais, as multas aplicadas no trânsito até a presente data.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante Decreto, estabelecer as normas para a aplicação desta Lei, especialmente quanto ao procedimento administrativo para o processamento do parcelamento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que estamos apresentando a esta Casa, virá ensejar condições legais no sentido de propiciar o ingresso aos cofres públicos de valores considerados de difícil recuperação, os quais serão recolhidos pelo estímulo da forma de pagamento pela medida que se pre-

tende adotar, especialmente, considerando-se que a maioria das multas é de proprietários de veículos considerados na classe média baixa, portanto com dificuldades para soluções imediata.

Estamos certos de que a medida aqui proposta, merecerá dos nobres senhores deputados o necessário apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário do PMDB concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados:

Como tenho afirmado o deputado Nereu Moura por aí, 15 motivos, pelo menos, para vir a esta tribuna mas me ocuparei apenas de um deles.

Hoje de manhã, a exemplo do que temos feito a CPI dos Alimentos, aqui na Assembléia. Quero agradecer à deputada Luciana Rafagnin, ao deputado Praczyk, ao deputado Cezar Silvestri e ao deputado Algaci Tulio, que nos deram a honra de participar de mais essa reunião de trabalho, dessa audiência pública da CPI dos Alimentos.

Faço uso da tribuna, senhor presidente, porque a nós nos pareceu, no dia de hoje, que conseguimos realmente ter avanços muito importantes no que diz respeito a todos os problemas que envolvem hoje a suinocultura do Estado do Paraná. Nós que fomos alertados para esse problema no mês de maio e no decorrer desse período, seja através da nossa pessoa ou de outro integrante da CPI, estivemos em reuniões em Florianópolis, em Francisco Beltrão, em Marechal Cândido Rondon, por duas vezes em Brasília, conversando com os deputados federais a Comissão de Agricultura; estivemos com o ministro Pratini de Moraes em Brasília e aqui, numa reunião, nas dependências da Faep, quando ele fazia o anúncio do Plano Safra, 2002/2003. Nós, que estivemos, recentemente num encontro de suinocultores, junto com o deputado Nereu Moura, em Laranjeiras do Sul e que aqui em Curitiba já tivemos oportunidade de realizar pelo menos cinco reuniões da CPI dos Alimentos, posso afirmar aos nobres deputados e àqueles que nos ouvem neste momento, que os avanços tem sido significativos.

Tanto, senhor presidente, que nós conseguimos que fosse reestabelecida a câmara setorial da suinocultura, com a participação da Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Ministério da Agricultura, Conab, com a participação da Associação Paranaense dos Suinocultores, do Sindicarne, da Ocepar, da Faep, que são, todas essas entidades, responsáveis por ações positivas ou negativas no que diz respeito à cadeia produtiva da suinocultura e dos alimentos. Fazendo parte também desta câmara setorial a Associação Paranaense dos Supermercados, a APRAS e a Associação dos Fornecedores de Supermercados, que é a Assosuper.

Então, nós tivemos o restabelecimento dessa câmara setorial, a partir de reuniões que aconteceram na semana passada envolvendo o governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Fazenda - Fundepar, produtores de suínos do Estado do Paraná e as entidades das indústrias, os frigoríficos ligados ao abate, industrialização de suínos e também a rede varejista.

Sendo que na reunião em que os supermercados participaram doze supermercados estavam presentes e se dispondo a adotar medidas para resolver o drama vivido pela suinocultura, que é um drama de milhares de pessoas no Estado do Paraná. É bom que todos saibam, aqueles que não têm vivência na área, que o drama hoje vivenciado pela suinocultura, decorre de uma oferta maior do que a demanda pela carne suína.

Então, se faz necessário que promoções, campanhas de estímulo ao consumo da carne suína, possa acontecer, de forma que havendo um consumo maior da parte de todos, nós, da população em geral, possamos amenizar um pouco esse excesso de estoque de animais vivos e de animais abatidos nos frigoríficos.

Outra consequência é o preço alto do custo de produção em decorrência da elevação do preço do milho, da elevação do preço do farelo de soja, da elevação dos minerais e vitamínicos - que compõem a ração dos animais. E evidentemente o preço baixo que está sendo pago em consequência dessa oferta maior que existe e dessa demanda não satisfatória ainda para com a carne suína.

Devo dizer, que a exemplo do que aconteceu quando discutíamos a questão do leite, nós estamos conquistando agora a parceria efetiva, pelo menos esse foi o compromisso reafirmado na manhã de hoje, o compromisso de todos os setores envolvidos na cadeia produtiva da suinocultura. Os produtores, os industriais, os varejistas, os consumidores e os organismos de governo envolvidos diretamente no setor.

Então, faço esse registro para demonstrar que estamos avançando em relação à suinocultura; esperamos realmente nos próximos dias termos soluções positivas em favor da suinocultura do Paraná, principalmente em favor dos produtores. Porque afirmamos hoje, lá na reunião, hoje o consumidor não está por inteiro prejudicado, mas poderia estar melhor assistido, porque os preços praticados para os produtos oriundos da carne suína, seja produtos natural ou seja, produtos industrializados estão com preços bastantes elevados, se comparados com o preço que é pago ao produtor rural.

Então, o consumidor não está sendo beneficiado, o varejo está sendo beneficiado em demasia, a indústria também está sendo beneficiada, o único prejudicado é o produtor, que daqui a pouco pode morrer, a exemplo dos seus animais que estão morrendo já de forma desordenada aqui neste Estado.

O Sr. Algaci Tulio

Faço questão de apartear-lo, porque tenho acompanhado, muito embora não sendo membro oficial da CPI

dos Alimentos, tenho procurado de todas as formas comparecer e acompanhar a discussão que se trava dentro dessa CPI. É uma CPI diferente de todas as outras, é uma CPI que, antes de buscar culpados, responsáveis, busca soluções. E isso nós temos comprovado ao longo das reuniões, especialmente as realizadas aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Hoje, mais uma vez, pudemos ver a credibilidade da CPI, comprovada a forma democrática de como V. Exa. conduz essa CPI, e acompanhada do relator Cezar Silvestri, em que não é uma CPI que não busca responsáveis, mas busca resultados, que não está buscando espaço político, nem os refletores da mídia, que até por sinal não têm dado a devida atenção que deveria dar à CPI dos Alimentos. A imprensa que tanto cobra a atuação dos parlamentares, de vez em quando deixa também de dar destaque tão importante que essa CPI está fazendo, como nós pudemos observar mais uma vez na manhã de hoje ao longo de quase três horas de debates e de buscas de soluções. Por isso, deputado Orlando Pessuti, quero dar esse testemunho porque para mim é bem fácil, eu não sou membro oficial dessa CPI, sou um curioso que desejo saber de outras áreas que não são da minha, do meu conhecimento, muito embora a minha origem seja do homem do campo, do trabalhador da roça, mas não tive a vivência tão expressiva como outros companheiros tiveram nessa área. Então, hoje, pudemos ver o companheiro Joanir Zonta por exemplo da Apras comparecendo, fazendo um relatório, dizendo da importância dessa união, desse trabalho que é feito pela CPI com os outros órgãos. Então, deixou-me bastante satisfeito mais uma vez, e eu tenho certeza que ao final dos trabalhos dessa CPI nós vamos ter um relatório de mais alta qualidade, um relatório que vai acordar a agricultura do Paraná, um relatório que vai servir até de base para o futuro governador do Paraná de que forma, seja ele Álvaro Dias, Beto Richa, Roberto Requião, Padre Roque, Rubens Bueno, tantos outros pretendentes, mas aqueles que assumir o governo do Estado vai precisar conhecer esse Relatório da CPI que é presidida por V. Exa. e que tem como relator deputado Cezar Silvestri.

Aí vai ter subsídios importantes para implementar na área da Secretaria da Agricultura. Eu até iria mais longe, como já lhe falei pela manhã, sei lá se será o seu candidato Requião o governador ou não, mas independente, eu acho que V. Exa. hoje, por ser um médico veterinário, conhece tanto dessa área da agricultura como qualquer outro que possa vir a ser indicado para esse cargo. Mas, antecipadamente, seja qual for o governador, estou lançando V. Exa. como futuro Secretário da Agricultura. Se V. Exa. assumir a vice-governadoria do Estado certamente vai acumular a Pasta, mas se isso não acontecer, já estou indicando V. Exa. pela aula que nos dá a cada reunião da CPI. A cada reunião eu aprendo um pouco mais do que é importante discutir na agricultura, este Estado que é um Estado eminentemente agrícola precisa mais do que nunca voltar os olhos para essa área, que

é tão necessário até para segurar o homem do campo na sua origem, mas com condições de que ele possa trabalhar. Parabéns deputado Orlando Pessuti, parabéns deputado Cezar Silvestri.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado deputado Algaci Tulio, sei que muitas das afirmações feitas por V. Exa. é fruto da nossa amizade e do trabalho que temos procurado fazer juntos em muitas comissões nesta Casa e aqui neste plenário, mas V. Exa. tem razão numa afirmação que faz: precisamos sim que a imprensa do Paraná dê realmente uma cobertura maior ao trabalho, não só deste Plenário, mas das comissões. A nossa CPI, eu fiz questão de registrar hoje pela manhã, ela estava lá composta com deputados que apoiam Beto Richa, que apoiam Roberto Requião, que apoiam Álvaro Dias, Rubens Bueno e que apoiam Padre Roque, quer dizer uma Mesa suprapartidária. Nós estamos realmente fazendo um trabalho sem qualquer conotação político-eleitoral, sem qualquer discriminação, sem qualquer caráter inquisitório inclusive. Nós poderíamos estar tratando na ponta da espada alguns segmentos da cadeia produtiva da suinocultura e do leite, mas estamos procurando, como disse o deputado Algaci Tulio, antes de acusar, ou de apertar o pescoço de alguns segmentos, estamos tentando encontrar soluções. E algumas soluções nós já conquistamos deputado Silvestri, na questão do leite, nós já conseguimos formar uma aliança dos produtores através da Faep, dos industriais através do Sindileite, que estão acordados e contataram a Universidade Federal do Paraná para desenvolver um estudo, desenvolver parâmetros para um preço mínimo, um preço de referência para o leite. A mesma coisa estamos chegando para a suinocultura.

Seria importante que a imprensa pudesse nos ajudar um pouco mais, porque se a imprensa desse uma arrojada em cima daquilo que está sendo trazido a conhecimento da CPI, mostrando onde está a ferida sangrando, onde tem gente dormindo em colchão macio, ganhando o seu dinheiro e onde estão perdendo dinheiro, tenho certeza que teríamos, não só o apoio da classe produtiva, mas dos consumidores que imaginam estar pagando o preço baixo, mas na realidade estão pagando 40%, 50%, até 100% a mais do que deveriam pagar para consumir um pernil, apresuntado, uma costeleta, um bacon.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Gostaria de complementar o seu pronunciamento.

Tentamos de todas as formas que a nossa comissão fosse a mediadora dentro das cadeias produtivas, não só do leite, como também agora da suinocultura. Conseguimos avanços importantes, como V. Exa. bem disse, na questão do preço de referência aqui no Estado do Paraná com relação à Portaria 56 junto ao Ministério da Agricultura, postergando o início da entrada de vigor dessa por-

taria que seria agora em 2003, jogando para 2005. E agora, novamente numa tentativa com todos os setores, com a indústria e também com o setor varejista.

Não posso mais aceitar, deputado Orlando Pessuti, e hoje estive junto conosco o Dr. Zonta, que é o presidente da Apras e que também representa o grupo Condor. E aqui quero fazer justiça. Porque ele realmente está fazendo a sua parte. Tanto é que pegamos, como parâmetro, os preços praticados pelo grupo Condor e comparamos com as quatro maiores redes de supermercados no Brasil. E a disparidade de preço que existia e que existe nesta última semana nos derivados da carne suína variando de 40% a 100% a mais do que está praticando esse grupo. Ou seja, mostrando uma total insensibilidade.

As grandes redes varejistas estão mostrando total insensibilidade pela dificuldade que passa o setor neste momento em nosso país. O que não fazem em seus países de origem. Na semana passada, quando fazia uma proposta ao grupo Sonae que estava aqui o representante, que eles usassem a mesma prática que usam em seus países que, quando há uma crise no setor eles fazem promoções, ajudam para que haja um aumento no consumo, inclusive chegam a anunciar que vão trabalhar durante 30, 60, 90 dias com margem de lucro zero. Não precisamos que trabalhem com margem de lucro zero. Mas é inconcebível, eles trabalharam com margem de 120% depois de todo apelo que o setor vem fazendo. Cheguei a dizer que falta patriotismo, depois lembrei, eles não são do Brasil. Eles não têm compromisso com o Brasil. A pátria deles é outra.

O que precisamos, aí sim a CPI do Paraná tem o dever de alertar através da imprensa, precisamos muito do apoio da imprensa. Para os próximos governos, tanto a nível estadual quanto federal, se não houver uma ação muito dura para que possamos dificultar essa concentração que está ocorrendo no setor varejista brasileiro, o setor produtivo de forma geral estará fadado ao fracasso. Com exceção dos produtos primários que são exportados diretamente através da Bolsa de Chicago. Mas todos aqueles que precisam passar dentro do setor varejista, se não houver uma ação muito firme estaremos fadados ao fracasso.

Esse é o dever nosso de alertar, de denunciar, principalmente as quatro maiores redes varejistas do Brasil.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Cezar Silvestri. Aproveito para cumprimentá-lo pelo trabalho que V. Exa. faz como relator da CPI dos Alimentos, a exemplo dos cumprimentos que tenho endereçado a todos os membros dessa CPI.

Senhor presidente, já tenho a aquiescência do deputado Waldyr Pugliesi para que eu possa usar o Horário das Oposições e desta forma, conceder o aparte que me pede o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já usou o Horário da Liderança das Oposições.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Uso então uma parte da Liderança do Governo.

Com a permissão do deputado Durval Amaral, faço uso do tempo reservado à Liderança do Governo.

Concedo aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Pessuti, agradeço o aparte que V. Exa. me concede e quero apenas fazer um comentário.

Eu vi, inclusive hoje, uma manchete na Gazeta do Povo, dizendo que todos os candidatos à presidência da República, agora, estão colocando como prioridade o agronegócio. Não sei se V. Exa. chegou a verificar?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sim, e é uma alegria para nós, que a vida inteira colocamos isso como prioridade!

O Sr. Augustinho Zucchi

Exatamente.

Talvez vai chegar ao ponto, que sempre temos comentado, que o Brasil ainda vai ter uma encruzilhada para passar com a nossa agricultura, porque ao longo dos últimos anos ficamos completamente relegados a uma questão só: a questão de livre mercado, quase que sem a interferência de uma política pública com relação à agricultura e agropecuária de uma forma geral.

Mas, faço essa introdução para dizer a V. Exa. que essa CPI dos Alimentos, deputado Pessuti, na verdade, das CPI's que lembro terem acontecido na Casa durante os oito anos que aqui estou, sem nenhuma dúvida, é uma das que mais produziu resultado positivo para a população do Paraná.

Apenas e tão somente, uma boa observação que fez o deputado Cezar Silvestri, é de que nós não podemos perder de vista onde que é o ponto de estrangulamento de toda essa questão da cadeia produtiva e por que o nosso produtor acaba ganhando pouco e outros, como diz V. Exa., estão numa situação bem mais confortável. Acho que não podemos perder isso de vista, mas a nossa parte temos que fazer, o próximo governo do Paraná, seja qual for, deverá realmente voltar a dar esse presente para o Paraná, ou seja, prioridade absoluta ao setor da agropecuária, porque é o setor que realmente sustenta a economia do Estado e nacional.

Vi até um candidato falando esses dias, certamente pegou os dados que sua assessoria providenciou, de que 74% do que exportou o Porto de Paranaguá vem da nossa agropecuária. Então, acho que realmente não é possível que os nossos suinocultores que fazem parte de um segmento bastante expressivo do nosso Estado passem pelo que passaram, assim como não é possível que os nossos produtores de leite, também, passem pelo que passaram.

Então, acho que a CPI está cumprindo com o seu papel e temos que trabalhar para que seja de uma vez por todas colocado um programa de agricultura que possa responder aos anseios e à vocação do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Augustinho Zucchi!

Incorporo o vosso aparte ao nosso pronunciamento, agradecendo ao presidente, deputado Hermas Brandão.

Ao finalizar, senhor presidente, quando falamos da imprensa, é bom que se registre até como esclarecimento a todos aqueles que estão neste Plenário, uma coisa que a nós, na minha avaliação, é pouco significativo, mas como se refere, especificamente, à minha cidade, essa pequena notícia, reproduzida em duas colunas, uma assinada pelo Fábio Campana e a outra às notas políticas da Gazeta do Povo, me dá impressão de que querem com isso tentar diminuir a importância da nossa candidatura, do trabalho que estamos fazendo, ou tentar mostrar que estamos perdendo apoio.

Trouxe a Gazeta do Povo no dia de ontem duas notinhas, dizendo que o prefeito Pedro Papim, que apóia o nosso amigo Nelson Justus, estaria deixando - o Pedro Papim, de Ivaiporã, cidade onde moro e tenho o meu título de eleitor - estaria deixando o PMDB para apoiar o Beto Richa. O deputado Nelson Justus, que é nosso amigo, sabe que isso não é verdade.

Acho que estão tentando criar uma certa intriga, criar um desmerecimento à nossa candidatura. Parece que está incomodando um pouco, a nossa candidatura, a alguns setores. O Pedro Papim é nosso adversário, mas pessoalmente me dou bem com ele, não tenho nenhuma divergência pessoal, ele está com o Beto Richa antes de o Beto Richa ser candidato, lá no mês de novembro. E no PMDB, que eu me lembre, faz mais de uma dezena de anos que ele não está. Ele está no PTB acho que há mais de dez anos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Qual partido ele se encontra hoje, deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI

No Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então, estranhei, porque a nota saiu em dois lugares: na coluna do Fábio Campana e nas notas políticas. Então, a impressão que se tem é que é uma nota recomendada, encomendada para tentar criar uma intriga. Então, com relação à Ivaiporã tudo caminha bem, não tem problema nenhum. O prefeito é nosso adversário, não temos divergência com ele, inclusive temos expectativa que ele

possa nos apoiar no segundo turno. Mas, não saiu no PMDB, porque não estava e não está indo apoiar o Beto Richa, porque já estava apoiando há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PFL, PSDB, PTB, PPS.

(**Declinam**)

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2088, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2002, que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - APE, vinculada a Secretaria de Estado da Fazenda

do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 530/2002

P A R E C E R :

Foi apresentada uma emenda ao projeto de Lei nº 530/2002, que institui a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Antonio Carlos Belinati e Algaci Tulio.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Bom Sucesso do Sul e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 447/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bom Sucesso do Sul, com sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 487/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, § 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 628/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar a instituir um plano de benefícios previdenciários para seus funcionários, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 232, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e nos termos do *caput* do artigo 202, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 676/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no

município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 086/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município e Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 086/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, mediante doação ao município de Icaraíma, o terreno de lotes nºs 2, 3, 4, 5 e 6 da Quadra 05, com área total de 2.240m², situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma, Título de Propriedade nº 111 - do Livro 2, de "Títulos de Datas", com transcrição nº 8.270 do Cartório de Registro de Imóveis - 1º Ofício da Comarca de Umuarama, imóvel que foi doado ao Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 075/68, com o objetivo que o mesmo fosse aproveitado para a construção de uma colônia de férias para os funcionários do Departamento de Edificações e Obras Especiais, sendo que, até a presente data, o imóvel continua sem qualquer edificação ou utilização.

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a construção de uma quadra de esportes coberta, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e

Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 419/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município e Janiópolis e foro no município de Campo Mourão

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município e Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 420/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município e Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 424/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teo-

dolino de Souza Franco, com sede no município e Janiópolis e foro no município de Campo Mourão

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 344/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 358/2002 e 389/2002, de autoria dos deputados Algaci Tulio, Orlando Pessuti e da deputada Serafina Carrilho, que altera o artigo 1º da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre Normas Disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidades no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DOS
PROJETOS DE LEI NºS 358/2002 E 389/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Terão direito à declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, as organizações civis cujas atividades propiciem benefícios à população paranaense cumpridos os requisitos desta lei.

Art. 2º - O Estado poderá declarar de Utilidade Pública as pessoas jurídicas de direito privado e organizações civis sem fins lucrativos, manifestadas através de:

I - associações filantrópicas:

- II - associações recreativas;
- III - fundações;
- IV - cooperativas;
- V - associações de classes;
- VI - sindicatos;
- VII - organizações não-governamentais;
- VIII - instituições religiosas;
- IX - clubes esportivos;
- X - federações.

Art. 3º - As entidades referidas no artigo anterior, deverão prever em seus estatutos, pelo menos um dos seguintes objetivos sociais:

- I - promoção de assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação;
- IV - promoção gratuita da saúde;
- V - promoção da melhoria da qualidade alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento sócio-econômico e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não-lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistema alternativo de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - consultoria jurídica gratuita, visando o respeito aos direitos e garantias individuais;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - promoção de estudos e pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias alternativas nos setores agrícola, de combustíveis e outros de interesse do Paraná.

Art. 4º - Poderão ser declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, as organizações civis formalmente constituídas e legalmente registradas no território brasileiro, em cujos estatutos sociais claramente definam suas finalidades e objetivos, submetendo anual e voluntariamente suas contas, atividades e consecução de suas metas sociais à avaliação do Estado.

§ 1º - A declaração de Utilidade Pública do Estado terá validade de um ano, podendo ser revalidada até o mês de dezembro de cada ano, após avaliação das atividades, na forma preceituada nesta lei.

§ 2º - Nenhuma organização civil poderá participar de convênio, ou receber recursos do Estado, sem que esteja declarada de Utilidade Pública no referido exercício, comprovando aptidão e regularidade anual de suas contas e atividades no território paranaense por Certidão expedida pela Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 5º - Todas as organizações civis declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná até o início da vigência desta lei deverão, até o prazo máximo de 15 de dezembro de 2002, proceder à revalidação da declaração de Utilidade Pública junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de ofício endereçado ao deputado estadual, preferencialmente representante da região de atuação da entidade, contemplando todos os requisitos constantes do artigo 6º desta lei.

Art. 6º - Para declaração de Utilidade Pública ou sua revalidação anual, as organizações civis deverão apresentar;

- I - estatuto social registrado em Cartório de Títulos e Documentos no Paraná, incluídas as alterações;
- II - Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- III - certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado;
- IV - relatório de atividades comprovando a consecução dos objetivos estatutários da instituição nos últimos doze meses;
- V - cópia da Ata da última assembleia geral;
- VI - plano de metas da entidade para o próximo ano;
- VII - cópia da Ata da última eleição contendo a relação de todos os dirigentes eleitos da entidade, indicando seus nomes, qualificações, e atribuições.
- VIII - manter sede ou representação, comprovando atuação no Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Araucária, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Provopar do município de Rio Bom, com sede e foro no município de Rio Bom. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública dos Ostimizados Núcleo de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grupo Associação Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado - Gamba, com sede e foro no município Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que denomina de rodovia Gil Azevedo Leal, o trecho da rodovia PR-082 que liga os municípios de Ivaté, Icaraíma e Porto Camargo ao Estado do Mato Grosso do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assistencialista Mãe Maria da Nazaré com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de

Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata - AMCC, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulisses, com sede no município de Doutor Ulisses e foro no município de Cerro Azul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Ralmeny, com sede e foro no município de Terra Roxa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Protegida Malala Maciel, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 458/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Casa Protegida Malala Maciel, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 460/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 26

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2002, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chão Vermelho, de Cornélio Procopio, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 461/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chão Vermelho de Cornélio Procopio, com sede e foro no município de Cornélio Procopio

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior "Nalma", com sede e foro no município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 86/2002, de 24.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 464/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior- Nalma, com sede e foro no município de Ibiporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 470/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede e foro na cidade de Carambeí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/2002, de 25.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede no município de Carambeí e foro no município de Castro.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 470/2002

Art. 1º - fica declarada de Utilidade Pública a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede no município de Carambeí e foro no município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.08.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

Apoioamento:

Marcos Isfer

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança -

Cerene, com sede e foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e representação no município da Lapa, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2002, de 26.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 481/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, com sede e foro na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, e representação no município da Lapa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre hora-atividade para os professores no percentual de 20%, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 537/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, visa dispor sobre hora-atividade para os professores no percentual de 20% (vinte por cento) conforme especifica.

Chamada esta Comissão e Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 537/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, visa dispor sobre hora-atividade para

os professores no percentual de 20% (vinte por cento), conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, somente para agradecer, tenho certeza absoluta, que em nome de todos os funcionários do Quadro Geral da Secretaria da Fazenda, quero aqui agradecer e vou agradecer em nome do deputado Waldyr Pugliesi, a todos os deputados da Oposição que votaram favoravelmente ao Projeto de Lei nº 530/2002, em nome do deputado Durval Amaral que é o líder do Governo, agradecer a todos os deputados da Base do Governo, e também agradecer, em nome do deputado Hermas Brandão, à Mesa Executiva, porque acho que foi um esforço de todos, da Mesa Executiva, da Situação, da Oposição para que tivéssemos este projeto aprovado e para que esta mensagem tivesse vindo à Casa.

Tenho certeza absoluta que estou agradecendo em nome de todos os funcionários a todos os senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio)

Agradecemos ao deputado Cezar Silvestri, pela lembrança. Na verdade, toda esta Casa foi solidária ao projeto e, portanto, à aprovação dele por unanimidade já demonstra o apreço e o respeito por essa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2089, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero neste momento - sei que teremos a aprovação de todos os companheiros - registrar o nosso sentimento pela morte do Toninho, funcionário desta Casa, nosso barbeiro, que era chamado: o nosso cirurgião capilar.

O Toninho que há mais de dezoito anos, senão me falha a memória, trabalhava aqui, na Assembléia Legislativa. Além de ser nosso amigo pessoal, dos deputados, era uma das pessoas que nutria uma amizade significativa com todo o conjunto de servidores da Assembléia Legislativa, e com pessoas que o visitavam e que não eram da Assembléia.

A Assembléia Legislativa, os nossos colegas, funcionários, deputados, todos nós perdemos um valioso servidor desta Casa e um valoroso amigo de todas

as horas. Sinto-me bastante entristecido, porque por mais de quinze anos fomos vizinhos de gabinete. A barbearia era vizinha do meu gabinete. Todos os dias conversávamos com o Toninho, que visitava o nosso gabinete.

Ontem, logo nos primeiros instantes fomos procurados e procuramos ser solidários com a família no primeiro momento. Ele será sepultado daqui a pouco, às 16h30min, no Cemitério Parque Iguaçu, no Barigui. Ele está sendo velado na Capela da Igreja Santa Quitéria. Perde a Assembléia uma grande figura, o Toninho Barbeiro, o nosso cirurgião capilar.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Esta presidência também se solidariza com V. Exa. e com os demais parlamentares, porque nós que estamos aqui, pelo quarto mandato, por muitas ocasiões nos servimos do trabalho do Toninho Barbeiro.

Estendemos a toda a família, a esposa do nosso companheiro Toninho toda a nossa solidariedade.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimentos nºs 2102 a 2103, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2104, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

O senhor 1º secretário, deputado Nelson Garcia, fará a chamada dos senhores parlamentares.

O SR. 1 SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Trinta e três senhores deputados estão presentes. Há quórum para prosseguimento da Sessão.

Em votação o requerimento da Bancada do PT, assinada pela deputada Luciana Rafagnin e deputado Hermes Fonseca, que solicita informações da Serlopar.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa. pedisse ao senhor 1º secretário para ler o teor do requerimento, que estamos pedindo informações.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Atendendo a solicitação do senhor deputado Ângelo Vanhoni, solicito ao senhor 1º secretário que proceda a leitura do requerimento de pedido de informações em votação.

O SR. 1 SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)
(**Lê requerimento**)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pergunto se há espaço para a justificativa do requerimento, se é possível discutir o requerimento, ou já está em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Já está em processo de votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o deputado Vanhoni poderá encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Tulio**)

Exato. V. Exa. tem a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Como os deputados perceberam pelo teor do requerimento, trata-se de saber se há verba pública envolvida na publicidade do Serlopar em relação à vídeo-loteria. Não tenho nada contra a vídeo-loteria, mas tenho contra, se tiver verba pública em publicidade favorecendo os bingos, favorecendo o jogo no Estado do Paraná, seja on line ou não seja on line. Acho que isso é uma matéria relevante, deve ser de interesse de todos os deputados, porque se o Serlopar estiver cometendo este desatino, este erro, nós temos a oportunidade de corrigir, obtendo essas informações.

Sou contra que dinheiro público seja dispendido diante de tantas necessidades que o Paraná tem na área da educação, na área da saúde, nas questões sociais, nas creches para as crianças, dispendir verba pública para que os bingos do Estado do Paraná sejam beneficiados com uma propaganda com o dinheiro público.

Então, se isso estiver ocorrendo, é uma oportunidade que temos de corrigir. Então, é por isso o pedido de informações. Não tenho certeza de que isso esteja acontecendo. Por isso é que a Bancada do PT fez este requerimento. Gostaria de pedir à Bancada do Governo para que votasse a favor, porque se tiver verba pública envolvida, temos a oportunidade de corrigir, obtendo essas informações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio)

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Quatorze aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito rejeitam.

Está **rejeitado** o pedido de informações.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero sugerir à Bancada do PT para que seja feita uma representação ao Ministério Público em relação a este assunto. Aliás, esta questão do bingo e da vídeo-loteria está muito mal explicada no Paraná.

Existe uma demanda muito grande em relação a isso na Justiça, o Ministério Público Federal já está investigando, o Ministério Público Estadual também e quero sugerir à Bancada do PT para que façamos outra representação em cima destes itens que foram alinhavados aqui, para que o povo do Paraná possa saber como está sendo gasto o dinheiro público no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio)

Requerimento nº 2105, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Treze aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis rejeitam.

Está **rejeitado** o pedido de informações.

Requerimento nº 2086, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2090, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2092, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2091, 2094, 2095 e 2098, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2093 e 2097, de autoria do deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2099, 2100 e 2101, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2106, de autoria dos deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2107, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2108, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2111, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, somente para agradecer ao presidente Hermas, deputado Valdir Rossoni, deputado Antonio Anibelli e a toda Mesa Executiva. O deputado Hermas Brandão acaba de me dar a notícia - acho que é uma notícia boa para todos os funcionários da Assembleia Legislativa - onde ele nos dizia agora, já, possivelmente nesta semana, ele mandará implantar o vale-refeição, um projeto de resolução de nossa autoria, que vai beneficiar a todos os funcionários da Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas uma informação da Mesa. Na semana passada aprovamos um pedido de regime de urgência para três decretos de resolução à respeito de áreas da educação, algumas portarias que hoje estão vigindo, como norma, na Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Uma delas é objeto de uma ação que está tramitando na Justiça, já pela terceira vez o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, julgando o mérito, à questão de dez dias atrás, restabeleceu o ensino noturno, regular, no Estado do Paraná. Este decreto legislativo também trata desta questão.

Gostaria de saber se amanhã entram na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio)

O presidente da Casa informa que tomou as devidas providências, já solicitando urgência junto ao DL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 530/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 164, 458, 460, 461, 464, 470, 481 e 537/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 541/99; 377, 457, 492, 532, 534, 541, 548 e 549/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 26 DE AGOSTO DE 2002.

“O Estadista Getúlio Vargas”

Dr. Léo de Almeida Neves

Assumindo corajosamente a responsabilidade de se chefiar a vitoriosa revolução cívica e popular de 1930, Vargas chegou ao poder quando a economia do país estava destruída, sofrendo os efeitos da crise mundial de 1929, desencadeada pelo crash da Bolsa de Valores norte-americana, cujos efeitos perduraram até 1933.

Neste início do século 21, a queda no preço de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque já causou enormes e irreversíveis prejuízos a milhões de acionistas. Grandes empresas faliram e outras tantas fraudaram balanços para mostrar lucros fictícios. Será que 1929 não está se repetindo? Será que o próximo presidente, a ser eleito em 6 de outubro de 2002, repetirá a visão global e terá o punho firme e a concepção estratégica e nacionalista de Vargas? Tomara que sim, porque o Brasil precisa mais do que nunca de um estadista no poder.

A partir de 1930, Vargas decretou a moratória da dívida externa, restabeleceu o equilíbrio das finanças públicas mesmo incluídos os juros, enfrentou as oligarquias econômicas, eliminou as práticas de corrupção vigentes da república Velha, iniciou o processo de organização racional do serviço público e criou o Dasp, que introduziu os concursos públicos para admissão de pessoal o treinamento de servidores e a modernização da máquina administrativa.

Contrastando com o descrédito de grande número dos atuais políticos brasileiros, agiganta-se a indubitável honestidade de Getúlio Vargas, que exerceu a Presidência da República por quase 19 anos (1930 a 1945 e 1951 a agosto e 1954). O inventário de Vargas na Comarca de São Borja, RS, revelou que seus bens eram os mesmos do início de sua carreira, herdados de seus pais, acrescidos de um apartamento no Rio de Janeiro, adquirido com financiamento da Caixa Econômica Federal.

A revista O Cruzeiro, dos Diários Associados, crítica feroz de Vargas, que na década de 50 teve grande prestígio e enorme circulação, publicou reportagem de 5 páginas na edição de 19 de abril de 1958, quase 4 anos após o suicídio, comentando a partilha e proclamando a honradez de Vargas. Getúlio deixou quatro filhos, todos já falecidos: o médico Lutero (ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro), o engenheiro agrônomo Manoel) ex-vice

prefeito de Porto Alegre, a advogada Alzira (secretária de Vargas na Presidência) e Jandira (dona de casa). Nenhum deles ficou rico, nem filhos nem netos. Os quatro irmãos de Getúlio (Viriato, Protásio, Espártaco e Benjamim) não fizeram fortuna.

Na vida de Getúlio Vargas não existe conversa de caixas de campanha, de arrecadadores de fundos, de depósitos na Suíça, nas Ilhas Cayman ou em outros países fiscais. Nem ele, nem seus parentes se locupletaram. A irrefutável proibidade de Getúlio Vargas e a consagração de sua vida ao povo e à Pátria, culminando com o derramamento do próprio sangue, compõem uma auréola de herói nacional.

Quanto maior o tempo decorrido da trágica manhã de 24 de agosto de 1954, mais avulta o reconhecimento ao gigantismo da obra de Getúlio Vargas, agente principal da transformação do Brasil, pobre e predominantemente agrícola antes de 1930 em uma Nação industrial, com reais perspectivas de tornar-se membro do clube dos países ricos, nas primeiras décadas do século 21, se mudar a atual rota do neoliberalismo e da submissão a interesses alienígenas.

Talvez sua mais importante realização tenha sido a consolidação da unidade nacional, que sofria riscos por divergências, conflitos e tentativas separatistas, que vinham desde o império. Alguns Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul mantinham polícias militares com poder de fogo capaz de enfrentar o Exército Nacional. Ele enquadrando as polícias estaduais nas suas funções específicas, reaparelhou e fortaleceu o Exército e a Marinha e criou o Ministério da Aeronáutica.

Vargas cedeu bases aéreas para os Estados Unidos no Nordeste e o Brasil participou ao lado dos “aliados” da 2ª Guerra Mundial. Antes de declarar estado de beligerância, Getúlio com habilidade e diplomacia obteve ajuda dos Estados Unidos, através do presidente Franklin Delano Roosevelt, à Cia. Vale do Rio Doce (principal exportador internacional de minério de ferro) e para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, marcos da nossa emancipação econômica. Fernando Henrique privatizou a preço vil a “Vale”; e a Corus, uma estatal inglesa, está incorporando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que poderá ser compelida a estancar sua produção de aço e fornecer minério de ferro barato para as usinas britânicas.

Com a criação da Petrobrás (e a proposta da Eletrobrás), da Fábrica Nacional de Motores, do BNDE, do Banco do Nordeste, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (Creai), e o incentivo às atividades produtivas na indústria e na agricultura, Getúlio Vargas colocou o Brasil na trilha do desenvolvimento econômico.

Marcante e meritória foi a sensibilidade de Vargas aos problemas dos humildes, a preocupação em expandir o mercado interno e a coesão social obtida com as leis trabalhistas e sociais, decretando a Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT) e a legislação previdenciária, instrumentalizada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Getúlio Vargas governou o país com visão de estadista, integridade pessoal, autoridade no exercício do cargo, competência e criatividade, nacionalismo e patriotismo exacerbados e, principalmente, com soluções brasileiras para problemas brasileiros, sem copiar figurinos

estrangeiros ou a eles submeter-se, embora atento aos fatos universais e às suas repercussões internas.

Está na hora de retomar-se a “Era Vargas”, cujo fim FH anunciou, mas não conseguiu extinguir.

Léo de Almeida Neves, suplente de senador pelo Paraná e ex-deputado federal, exerceu a Diretoria da Creai no Banco do Brasil.